



Anais da Assembléia

Nº 112

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE OUTUBRO DE 1988

ANO XIV

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 85ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1988.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Edmar Luiz Costa.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Neivo Beraldin, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delasari, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli): Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 554

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja marcada para dia 1º/12/88 às 15 horas a Sessão Solene de outorga do Título de Cidadania Hononária para o Exmo. Sr. Gervasio Tadashi Inoue - Presidente da Cooperativa de Co-tia.

Sala das Sessões, em 26.10.88.
(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO Nº 556

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Ilmo. Sr. Presidente da Associação Brasileira de Odontologia - seção Paraná, Dr. Floriano Peizoto e, através de sua pessoa, aos demais dentistas do Estado, congratulações pela comemoração do "Dia do Dentista", festejado em 25 de Outubro.

Sala das Sessões, em 26.10.88.
(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO Nº 559

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, MOÇÃO DE APOIO, com inserção em Ata dos trabalhos da presente sessão, em defesa da continuidade do Projeto Rondon, instituído (como Fundação) pelo Decreto nº 62.927 de 28.06.1968.

A Fundação Projeto Rondon mantém, desde a sua criação, um programa de brigadas estudantis para trabalhos comunitários nas áreas de saúde, desenvolvimento urbano e rural e direitos humanos, que são realizados junto a população carente.

Além da presença significativa, em todo o território nacional, de estudantes universitários que, através do Projeto Rondon desenvolvem uma prática extensionista e curricular, o Projeto Rondon possui cunho social e educativo, que num País como o nosso, com predominância da população carente, representa uma contribuição das mais significativas e, por isto mesmo, indispensável.

Sala das Sessões, em 26.10.1988.
(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 557

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário a formulação e inserção em Ata dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações pela fundação e eleição da Diretoria da Federação de Entidades de Servidores Públicos do Paraná, FESPEPAR.

A fundação da FESPEPAR é um importante

marco no processo de sindicalização dos servidores públicos do Paraná, uma vez que unificou finalmente, as duas entidades que, até então, disputavam a representação da classe de servidores públicos do PR.

A unificação em torno da FESPEPAR surge num momento importante da vida política do Estado - a elaboração da Constituição Estadual.

É imprescindível a atuação da FESPEPAR no processo constituinte do Paraná, visando instruir defesa em favor dos interesses dos servidores públicos do Estado.

A Diretoria da entidade ficou assim constituída:

JOSÉ RICARDO FIEDLER - Presidente

IVAN QUADROS ASSAD - Vice Pres. Geral

LAURO EDUARDO FANK - Vice Pres. Nacional

DONIZETTI L. CALÇA - Vice Pres. Estadual

HOMERO LEITE PEREIRA - Vice Pres. Sindical

VITÓRIO SOROTIUK - Sec. Geral

MANOEL N. SILVA NETO - 1º Secretário

GERALDO MENEZES - Tesoureiro

ANTONIO R. RIBEIRO - 1º Tesoureiro

MILTON KARAM - Dir. Pesquisa

LUIZ INÁCIO DE MELLO - Dir. Imprensa

DELMO ALMEIDA FILHO - Dir. Cultural

AMÉLIA GERMANO - Dir. Jurídico

DOROTI OLIVEIRA TAFARELO - Dir. Trabalho

ALEX OVERSENKO - Dir. Patrimônio

CONSELHO FISCAL

AROLDO ANTONIO DE FARIAS

FERNANDO A. MARTINS NETO

ELZA MARIA CAMPOS

MARIO FIGUEIREDO

RONALD B. N. BARROS

ELIAS FEDER

OZIRES MACHADO

HEITOR R. RAIMUNDO

MILTON GUEDES

PEDRO DIAS

Represente esta nossa ação os cumprimentos do Poder Legislativo paranaense pela acertada decisão em favor da unidade sindical do funcionalismo público paranaense.

Que da decisão do presente, dê-se ciência aos homenageados, na sede da FESPEPAR, à Rua Cruz Machado, N. 68, 16º andar, nesta capital.

Sala das Sessões, em 26.10.88.

(a) ALGACI TÚLIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 301/88

A Assembléia Legislativa do

Curitiba, quarta, em 26.10.88

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominado de "Estrada Prefeito Octávio Furquim", o trecho da PR-092 compreendido entre os Municípios de Rio Branco do Sul e Cerro Azul, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.10.88.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

As cidades precisam dos pioneiros.

Os povos necessitam dos pioneiros.

A própria vida humana está calcada, fundamentalmente, sobre o pioneirismo e a coragem de ousar.

Aliás, a coragem de ousar é a marca do gênio. Do gênio que nasce das mãos do povo e por elas é carregado na luta, sem descanso, pelos signos da justiça, da liberdade e igualdade.

Falar de Octávio Furquim é falar de pioneirismo, da coragem de ousar e da garra peculiares a esse homem, sobre cujos ombros, Rio Branco do Sul apoiou-se para alcançar o "futuro".

Foi casado com Dona Josefina Furquim e pai de Jeová, Benedito, Sara, Angélica e Maria da Luz.

Portador de idéias claras, Octávio Furquim foi conduzido, pela primeira vez, à Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul em 1947, como forma de reconhecimento dos Rio Branguenses ao trabalho desenvolvido pela emancipação do Município.

Eleito Vereador à Câmara Municipal de Rio Branco do Sul, em 1951, Octávio Furquim pontuou sua atuação legislativa sobre a probidade, a coerência e a seriedade.

Em 1955, novamente foi conduzido à Prefeitura Municipal e sua gestão foi marcada por realizações e conquistas para toda a comunidade.

Homem de muitas bandeiras, Octávio Furquim, foi uma voz veemente quando da luta pela abertura da estrada ligando Rio Branco do Sul a Cerro Azul, visando transformar em realidade todas as conquistas óbvias decorrentes da obra para a sociedade.

Faleceu a 12 de setembro do corrente ano, abrindo uma lacuna da cena política de Rio Branco do Sul e do Paraná.

Cumprir esta homenagem, o dever de prestar tributo de gratidão à vida intocável de Octávio Furquim, cujos esforços foram emprestados incansavelmente ao progresso e crescimento de Rio Branco do Sul.

PROJETO DE LEI Nº 302/88

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Poderão afastar-se para exercer seus mandatos nas entidades de classe representativas de funcionários e servidores do Estado, categoria especial de servidores públicos da Polícia Militar do Estado do Paraná, que congreguem, no mínimo, 500 (quinhentos) associados, os Presidentes, Secretários Gerais, Tesoureiros das Entidades, desde que funcionários e servidores públicos do Estado.

§ 1º- Será facultado o afastamento de mais um dirigente para cada 1.000 (hum mil) associados até o limite máximo de 04 (quatro) diretores.

§ 2º- As disposições fixadas no "Caput" deste artigo, referem-se as seguintes associações.

I- Associação dos Cabos e Soldados da PM;

II- Sociedade Beneficente dos Sub-Tenentes e Sargentos da PM;

III- Clube dos Oficiais da PM do Paraná;

§ 3º- Os dirigentes das entidades deverão oficializar através de ofício, seus afastamentos, ao Comando Geral da Corporação.

Art. 2º- O afastamento de que trata o artigo anterior, dar-se-á sem prejuízo de vencimentos, de remuneração, ou salário, bem como das demais vantagens, do cargo em função.

§ Único - Enquanto afastados, os funcionários e servidores não poderão ser exonarados, dispensados, transferidos ou despedidos salvo a pedido.

Art. 3º- Cessará a disposição do dirigente, quando da posse do novo eleito, salvo se for reeleito para outro mandato.

Art. 4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.10.88.

(a) RAUL LOPES.

JUSTIFICATIVA:

A prerrogativa consiste em ato de justiça e igualdade, haja vista a necessidade que tem aqueles dirigentes de Associações da PM de afastarem-se das atividades inerentes aos seus cargos ou funções, para cumprirem com dignidade e presteza os mandatos que lhes foram confiados.

Entendemos que a proposta, além de saneadora, vem ao encontro dos mais elementares preceitos de democracia, como, a representatividade e o exercício pleno de mandato eletivo.

Ante ao exposto, pedimos à elevada consideração deste Plenário, a devida apreciação da propositura e, que a mesma,

receba sua merecida aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Não havendo Oradores no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDC.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PT.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos espantados com o que está acontecendo nesta Nação. Percebemos em entrevista hoje pela manhã no "Bom Dia Brasil", o Senador Marco Maciel denunciando e propondo que a classe política tem que fazer parte do pacto social para buscar uma solução, uma saída para o Brasil. Ouvimos o Governador Álvaro Dias também no "Bom Dia Paraná" afirmar que as eleições são o remédio para a sociedade brasileira, é a saída para o Brasil, e a crise, segundo ele, é por falta de eleição.

Como é engraçado isso. Como é que agora mudou?

Nós que fazemos parte deste Parlamento, desta Casa política e deste Poder, temos que refletir muito neste momento, porque este é o momento eleitoral, é o momento em que os aproveitadores se manifestam, porque no momento certo quando o povo estava na rua em 1984, o momento, em que o povo formaria o grande pacto nacional para buscar uma solução com a aprovação popular, naquele momento nem Líder do PMDB, nem Líder do PFL não se preocuparam em constituir um pacto com a aprovação popular, mas sim houve a preocupação em estabelecer o pacto das elites, o pacto da classe dominante, o pacto do PFL com o PMDB que aí está e que foi a desgraça da Nação.

No momento da Constituinte, aliás uma grande esperança ilusória da maioria dos brasileiros, nesse momento nem Aureliano Chaves, nem Marco Maciel, nem Ulisses Guimarães, nem o PMDB, nem o Senhor Álvaro Dias, Governador do nosso Estado, não dispôs de empenho naquele grande momento para que a sociedade brasileira tivesse contemplado o avanço nas suas aspirações.

Agora quando se tenta mais uma vez um pacto maquiavélico para enganar o povo brasileiro, chegam esses que aí estão que já deveriam ter cartão vermelho há muito tempo, chegam e afirmam para o povo brasileiro, para o povo paranaense, que agora o negócio é eleições, que agora o povo é que tem que decidir, agora tem que chamar os trabalhadores para constituir uma nova aliança, uma nova força.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a nossa fraqueza intelectual que nós vivemos nesta Nação, chegou aos limites máximos. Nós precisamos de representantes inteligentes, de pessoas inteligentes, para governar, para fazer as leis, que tenham responsabilidade pelo que dizem, pelo que fazem.

Não podemos mais admitir que o povo brasileiro, que o povo paranaense seja considerado um povo bobo, um povo analfabeto político, como os que aí estão, fazendo de conta.

Portanto, esta é a grande indagação do momento: quando se fala em pacto, que não é nada mais do que um golpe, porque o povo, os trabalhadores, os sindicalistas comprometidos, não estão participando; mais uma aliança de cúpula, uma tentativa de golpe de cúpula, tentar dizer para o povo brasileiro, que a saída é o famoso pacto.

A grande pergunta que resta do pacto é esta: quem será que vai pagar o pato?

Era isto, Senhor Presidente.

Era isto Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulta a Liderança do Partido Democrático Trabalhista, se fará uso de seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

Declina.

Havendo declinado, passa-se à

ORDEN DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso

distribuído aos Senhores Deputados:

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 65/88 (Mensagem nº 77/88, ex-Proposição nº 75/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o Convênio celebrado em 06.05.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e de sua vinculada Superintendência do controle da Erosão e Saneamento Ambiental-SUCEAM, e o Município de Guaratuba, objetivando a execução de obras e serviços destinados ao controle da erosão no referido Município. Aprovado.

Em Votação

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 81/88, de autoria do Deputado Homero Oguid, que declara de Utilidade Pública a "União dos Deficientes Físicos de Cambé - UNIDEFT", com sede e foro na cidade de Cambé. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Pela ordem, V. Exa. tem a palavra.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu requeiro verificação de votação.

O SR. HAROLDO RODRIGUES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Haroldo Rodrigues.

O SR. HAROLDO RODRIGUES - Requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vinte e dois Senhores Deputados responderam à chamada. Não há "quorum" para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

Em Votação

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 82/88, de autoria do Deputado Paulino Delazeri, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores do Loteamento

Vila Gaúcha", com sede e foro no Município de Marechal Cândido Rondon. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão em sessão anterior.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 87/88, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que doa ao Município de Nova Esperança um prédio em alvenaria constituído pelos lotes nºs 7, 8, 9 e 10, da quadra I (com área de 13.170,00 m²), conforme escritura de comodato entre a FUNDEPAR e a Prefeitura, transcrito no 3º Tabelião de Notas, Livro 457-E, folha 06, na Capital do Estado. Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 24 de 14.04.88).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução nº 48/87 (Ex-Projeto de Lei nº 121/86), que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Cantanhães, para que a população local decida sobre a criação do Município de Ibama. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. nº 38 de 27.04.87).

1.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei nº 238/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 89/88), que autoriza o Poder Executivo transferir à PARANATUR, o imóvel com área de 3.050,09 m², situado nesta Capital, com 36,70 metros lineares de frente para a Rua Barão do Rio Branco, objeto da matrícula 9.566, Registro nº 01/9.566, Registro de Imóveis do 7º Ofício da Comarca de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ. no DA nº 83 de 15.08.88. Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 238/88

PARECER:

O projeto de lei em exame origina-se da Mensagem Governamental nº 89/88 e objetiva autorizar o Poder Executivo a transferir à PARANATUR o imóvel com área de 3.050,09 m², situado nesta Capital, com 36,70 metros lineares de frente para a Rua Barão do Rio Branco, objeto de matrícula 9.566, Registro 01/9.566, do Registro de Imóveis do 7º Ofício da Comarca de Curitiba.

A medida cumpre o disposto no artigo 10º, § 3º, da Lei nº 5.948, de 27 de maio de 1969 (Lei de criação da PARANATUR), que permite a integralização ou aumento de capital da empresa através da transferência de bens de propriedade do Estado, sempre que se referir a interesse turístico.

O imóvel em questão deverá abrigar o Centro de Convenções de Curitiba e a concretização da transferência proposta permitirá melhores condições para a implemen-

tação do mesmo.

A matéria atende a todos os preceitos constitucionais, legais e regimentais, não existindo qualquer impedimento para sua tramitação nesta Casa de Leis.

Portanto, como a medida proposta consulta aos altos interesses da Administração, especialmente no que concerne ao desenvolvimento do turismo em nosso Estado, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.10.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

1.^a **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei nº 274/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 106/88), que autoriza o Poder Executivo constituir uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, para a implantação, administração e exploração do Centro de Convenções de Curitiba, de conformidade com o convênio de cooperação técnico-econômico-financeira, celebrado com a EMBRATUR, em 08.08.88, através da PARANATUR. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. nº 98 de 21.09.88 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 274/88

PARECER:

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem nº 106/88, do Poder Executivo, visa autorizar o Poder Executivo constituir uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, para a implantação, administração e exploração do Centro de Convenções de Curitiba, de conformidade com o Convênio de Cooperação Técnico-Econômico-Financeira, celebrado com a EMBRATUR, em 08.08.88, através da PARANATUR.

Com a medida aqui prevista, ou seja, com a criação desta sociedade de economia mista, a Capital do Estado dos Pinheirais ganhará privilegiado lugar de encontro para reuniões e debates sobre os assuntos dos mais diversificados. Pois, como Curitiba pertence ao rol das grandes capitais de nosso país, já não mais se concebia por mais tempo a falta de um lugar próprio para reuniões, convenções de grande porte. Era necessário tal medida. Pois, toda e qualquer capital de renome tem ou deve ter um lugar apropriado para tais eventos, enobrecendo o conceito que faz o visitante àquela capital. E sendo Curitiba uma capital dita como exemplar na cultura de sua gente e de grande importância econômica e mesmo turística, já que é ponto quase

obrigatório para aqueles que se dirigem ao sul do Brasil, mister se fazia esta aplaudida medida.

Nestas condições, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que impeça a legal e normal tramitação do projeto de lei em questão por esta Colenda Casa.

Pelo acima exposto, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela aprovação deste projeto.

Sala das Comissões, em 11.10.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 289/88, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que altera a redação do art. 20, da Lei nº 7.567, de 12.01.82. (Suprima-se a palavra semestralmente). Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. por unanimidade. Encerrada a discussão. (Publ. no DA. nº 105 de 05.10.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei nº 289/88

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Pirajá Ferreira, tem por finalidade alterar a redação do Art. 20, da Lei nº 7.567, de 12.01.82.

Constitucionalmente, não existe qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

NEIVO BERALDIN

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 77/88 (Mensagem nº 105/88 ex-Proposição nº 101/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênio de cooperação técnico-econômico-financeiro, celebrado em 08.08.88, entre o Estado do Paraná com a participação da PARANATUR e a ENBRATUR, objetivando estabelecer normas de cooperação técnica-econômica e financeira, para a implantação do Centro de Convenções de Curitiba, definindo o modo pelo qual serão alocados os recursos para o referido projeto. Encerrada a discussão.

O SENHOR ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação ao referido projeto.

O SENHOR PRESIDENTE (Antônio Amibelli) - Só encerrada a Discussão. Não foi co-

locada em votação.

O SENHOR ALGACI TÚLIO - Obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Antônio Amibelli) - Sobre a mesa, requerimento de nº 554, de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 556, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 557, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Requerimento de nº 559, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Encerrada a Discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 08 de novembro, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Em votação

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 65/88

Em votação

1ª DISCUSSÃO dos Projetos de Lei nºs 81/88, 82/88, 238/88, 274/88, 289/88 e do Projeto de Resolução nº 77/88

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 87/88 e do Projeto de Resolução nº 48/87

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 04/83 e 157/84.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de outubro de um mil novecentos e oitenta e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Kielse Crisóstomo, Edmar Luiz Costa, Caíto Quintana, Basílio Zanusso, José Rogério Carvalho, José Afonso Júnior e Antônio Costenaro Neto. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos. Não havendo expediente e dispensada a leitura da Ata, passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Resolução de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator:

Deputado Edmar Luiz Costa. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES
Secretária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 10.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de um mil novecentos e oitenta e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Erondy Silvério, Edmar Luiz Costa, Cândido Bastos, Basílio Zanusso, Sabino Campos, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcelos e Antônio Costenaro Neto. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos. Não havendo expediente e dispensada a leitura da Ata, passou-se a Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 173/88, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela. Relator: Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 211/88, de autoria do Deputado Esquias Losso. Relator: Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 244/88, de autoria do Deputado Paulino Delazeri. Relator: Deputado Cândido Bastos, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 04) Projeto de Lei n° 251/88, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela. Relator: Deputado Cândido Bastos, requer seja o projeto retido na Comissão até completar um ano de personalidade jurídica. DEFERIDO. 05) Projeto de Lei n° 252/88, de autoria do Deputado Valderi Mendes Vilela. Relator: Deputado Cândido Bastos, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 06) Projeto de Lei n° 265/88, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa. Relator: Deputado Cândido Bastos. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 07) Proposição n° 062/88, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 059/88. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer FAVORÁVEL APROVADO com Projeto de Resolução, com Voto Contrário ao Parecer, do Deputado Edmar Luiz Costa. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente, encerrou a reunião, da qual para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados pre-

sentes e por mim Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES
Secretária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11.^a LEGISLATURA - 2.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 12.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de outubro do ano de um mil, novecentos e oitenta e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Artagão Mattos Leão, Sabino Campos, Hermas Brandão, Cândido Bastos, Nereu Carlos Massignan, Basílio Zanusso, Caíto Quintana e Antônio Costenaro Neto. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos. Não havendo expediente e dispensada a leitura da ata, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 274/88, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 106/88. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei n. 238/88, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 89/88. Relator Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Proposição n. 101/88, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 105/88. Relator Deputado Tadeu Lúcio Machado - Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EVERLEI TEREZINHA CLETO CHAVES
Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

11.^a LEGISLATURA - 9.^a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de outubro de um mil novecentos e oitenta e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Acyr Mezzadri. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n. 204/88, de autoria do Deputado Haroldo Ferreira. Relator Deputado Antônio Bárbara, Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n. 212/88, de autoria do Deputado Orlando Pessuti e José Domingos Scar-

pellini e outros. Relator Deputado DAVID CHERIEGATE. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente Ata, que após lida aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(aa) ACYR MEZZADRI
Presidente
SANDRO ALBERTO FIGUEIREDO
Secretário

COMISSÃO DA PAZ
2ª. SESSÃO LEGISLATIVA - 11ª. LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dois dias do mês de maio de mil novecentos e oitenta e oito, reuniram-se na Sala de Reuniões da Assembléia Legislativa, os seguintes Senhores Deputados: Werner Wanderer, David Cheriegate, Haroldo Ferreira, Irondi Pugliesi, Nereu Carlos Massignan, Paulo Furiatti e Rafael Greca de Macedo, indicados pelas suas Lideranças Partidárias para comporem a Comissão Especial da Paz. Havendo número legal, o Senhor Deputado Werner Wanderer, usou a palavra indicando os membros da Comissão, propondo a eleição para a Presidência e sugeriu a Senhora Deputada Irondi Pugliesi para ocupar o cargo. Feita a votação, verificou-se a aprovação por unanimidade de votos a Senhora Deputada indicada. Em seguida a Senhora Deputada Irondi Pugliesi, eleita Presidente, considerou instalada a Comissão Especial da Paz, agradeceu o apoio e a confiança de todos os membros componentes e, justificou a existência da Comissão na Assembléia Legislativa do Paraná, fazendo um breve relato dos objetivos da presente Comissão, destinando-se a trabalhos especiais ao combate à instalação de indústrias bélicas e usinas nucleares e, acompanhar em conjunto com os outros movimentos organizados da sociedade, toda e qualquer discussão sobre o assunto. Além dos objetivos propostos a Comissão irá trabalhar muito para consolidar a paz em nosso país, uma vez que está sendo ameaçado pelos horrores de guerras tão próximas a nós. Após sua explanação, a Senhora Presidente agradeceu novamente a todos presentes e encerrou os trabalhos da reunião. Nada mais havendo a tratar e produzir os efeitos legais, laurei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, demais membros e por mim, Maria Regina Subtil, que secretariei a presente reunião.

(aa) IRONDI PUGLIESI
Presidente
MARIA REGINA SUBTIL
Secretária

COMISSÃO DE AGRICULTURA

11ª. LEGISLATURA - 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 03 (três) dias do mês de outubro de um mil novecentos e oitenta e oito, reuniu-se na Sala das Comissões desta Assembléia Legislativa sob a presidência do Deputado Sabino Campos, a Comissão de Agricultura. Havendo número legal o Senhor Presidente declara aberto os trabalhos. Não havendo expediente a ser lido, passou-se a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Presidente avocou para si o relato do Projeto de Lei nº 314/87 de autoria do Deputado Pedro Tonelli que: "Fixa a obrigatoriedade do Banestado destinar recursos próprios para financiamento agrícola para os pequenos e médios produtores. Fixa, ainda, a obrigatoriedade do Banestado aceitar a safra agrícola como garantia dos empréstimos, conforme especifica"

Relator: Deputado Sabino Campos -

Parecer: Contrário, opinando-se pela rejeição do Projeto de Lei em tela. Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado o parecer do relator. Na sequência dos trabalhos, foram ainda relatados os Projetos de Lei:

Projeto de Lei nº 343/87 - de autoria do Deputado Pedro Tonelli; "Cria o seguro rural no Estado do Paraná na forma que especifica"

Relator: Deputado José Domingos Scarpellini -

Parecer: Contrário ao Projeto, opinando, porém, que a matéria seja convertida em sugestão ao Senhor Governador do Estado, tendo em vista os benefícios sócio-econômicos que a implantação do referido seguro propiciariam aos agricultores de pequeno e médio porte do Estado do Paraná.

Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado o parecer do relator.

Projeto de Lei nº 344/87 - de autoria do Deputado Pedro Tonelli; "Cria o módulo rural máximo de 100 (cem) hectares e estabelece critérios e objetivos para a atuação da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e de suas vinculadas, conforme especifica"

Parecer: Contrário, opinando pela rejeição do referido Projeto de Lei.

Colocado em discussão e posterior votação, foi aprovado o parecer do relator.

Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos da presente reunião, do que para constar, Eu, Rubens Bremer, laurei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que produza os efeitos legais.

(aa) Deputado Sabino Campos
Presidente
Rubens Bremer
Secretário